

ACTA Nº 05/2011

ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE -----

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano dois mil e onze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a primeira reunião da Sessão de Novembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 27/09/11 a 21/11/11; -----

Ponto 2 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal para 2012; -----

Ponto 3 – Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova; -----

Ponto 4 — Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota; -----

Ponto 5 – Debate sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local; -----

Ponto 6 – Aprovação da candidatura da Câmara Municipal ao financiamento BEI/QREN para as seguintes obras: -----

- a) Centro de Investigação e Empreendedorismo; -----
---Qualificação Urbana e Ambiental do “casco Antigo” da Cidade; -----

- b) Requalificação Urbana da Av. 25 de Abril; -----

- c) Requalificação Urbana e Ambiental Frente Ria Costa Nova – Biarritz; -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída nos termos do nº. 3, do artigo 20º. do Regimento, pelo seu Presidente em Exercício Carlos Sarabando, pela primeira secretária, Maria do Rosário Silva e pelo segundo secretário Licínio Ferreira da Graça.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores, Paulo Costa, Fernando Caçoilo, Beatriz Martins, Marcos Ré, José Vaz e Júlio Merendeiro. -----

FALTAS: -----

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Neves da Rocha. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo tido a presença de: Licínio Graça, Carlos Sarabando, Paulo Nordeste, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, António Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Mariana Franco, Daniel Tavares, Pedro Parracho, António Pinho, Paulo Trincão, Susana Diamantino, Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Maria de Fátima Bola, José Alberto Loureiro, Júlio

Barreirinha, Catarina Resende, Rufino Filipe, Carlos António Rocha, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde.

--

A reunião teve início às 21H00. -----

ACTAS DA REUNIÃO ANTERIOR: -----

Acta n.º 04/2011: Submetida a votação foi aprovada por unanimidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Assembleia deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

JOSÉ LOUREIRO: Informa a Assembleia, que muito embora tenham já havido promessas na resolução do problema da grande erosão das praias, nomeadamente Praia da Barra e Costa Nova, constata que com o agravamento do clima as mesmas têm sido bastantes fustigadas, encontrando-se perigosas pelo que, aproveita para perguntar quais as medidas previstas para resolver a situação. -----

CATARINA RESENDE: Diz saber bem a conjuntura económica do país para a qual já foram criadas medidas de austeridade, lamentando que as mesmas não sejam acompanhadas de medidas de estímulo económico, bem como de redução efectiva da despesa do Estado. -----

Igualmente, aproveita para tecer alguns comentários sobre a posição do Partido Socialista como oposição ao abster-se na votação do Orçamento de Estado, referindo que apesar de ter posição apresentou medidas alternativas, tais como o não aumento de IVA na restauração, na alimentação para bebés e no corte de um só subsídio aos funcionários públicos, das quais nenhuma delas foi tida em consideração pelo Governo. ----

Relativamente à Administração Local, indica que houve um recuo no limite do endividamento das autarquias e na contratação de funcionários. Nesse sentido, questiona o Presidente da Câmara sobre qual a sua opinião sobre o impacto que estas medidas terão na Administração Local. -----

Por último, sendo o dia em que se comemora a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e por entender que deva ser uma luta de todos, entende que os Órgãos Autárquicos, pela proximidade das populações, devem estar atentos a estas matérias criando condições para a igualdade de género. -----

PEDRO MARTINS: Relativamente às obras em curso no centro de Ílhavo, questiona se os planos de execução e prazos estabelecidos estão ou não a ser cumpridos. -----

No que respeita ao protocolo assinado com o anterior Governo para a criação de um Campus de Justiça em Ílhavo, pergunta se crê que o mesmo seja respeitado, visto que com a mudança de Governo as suas políticas também são alteradas. Solicita esclarecimentos sobre o rumor da possibilidade de encerramento do Tribunal de Ílhavo. -----

Termina, solicitando informações sobre qual o futuro da AdRA. -----

JORGE SÃO MARCOS: Sendo do conhecimento geral, que com as mudanças do Governo que haverá alterações nas competências das Grandes Áreas Metropolitanas, questiona qual a situação que se aplica

à CIRA. -----

MÁRIO JÚLIO: Sendo do conhecimento público dos estragos que o mar fez às praias da região, provocado pelo mau tempo, pergunta qual o ponto de situação das obras urgentes que estão em curso. ---

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Informa que responderá às questões relacionadas com o Orçamento de Estado no primeiro ponto da Ordem do Dia. ---

Sobre a erosão das praias, responde aos membros José Loureiro e Mário Júlio que em Vagos e Mira o INAG levou a cabo obras urgentes de recompor a duna para que se aguente o mar. Indica que de seguida a intervenção se deslocará para a praia da Barra. Esclarece que este é uma intervenção de emergência e não estrutural. Prevê-se futuras obras aquando do prolongamento do Molhe Norte para tapar o canal que está a acrescentar força à corrente sul-norte por deposição de pedra e de areia e da ainda possibilidade de construção de um esporão entre o molhe sul e o primeiro esporão do chamado parque dos esporões da Costa Nova, na zona entre o fim da praia da Barra e início da Praia da Costa Nova. Lamenta que não tenham sido feitas as obras necessárias há dois anos atrás e que tenham regressado por necessidade de obra urgente. Por isso, espera que a comunicação institucional seja melhorada em trabalho de equipa, principalmente daqueles que têm responsabilidades em agir. -----

O Presidente da Mesa deu novamente a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, não tendo havido inscrições. -----

De seguida, foi apresentado à Mesa a seguinte moção, conforme se transcreve: -----

Membro da CDU: -----

" Não pode, nem deve, esta Assembleia Municipal ficar indiferente ao trabalho extraordinário que ao longo de 90 anos, completados no passado dia 20, vem este JORNAL desenvolvendo, em prol do Concelho de Ílhavo ligando todos aqueles ilhavenses que aqui vivem aos que por força do destino foram obrigados a deixar a Terra dos Ílhavos em busca de uma vida melhor. -----

Muitos são aqueles que lá longe aguardam com ansiedade a chegada do NOSSO JORNAL, para saberem notícias da sua terra amada. -----

Muitos foram aqueles que ao longo de 90 anos a ele dedicaram grande parte da sua vida. -----

Muitos são aqueles que ainda hoje, fazem daquela CASA a sua segunda casa. -----

É assim, que propomos: -----

Que esta Assembleia, lídima representante de todos os ilhavenses, aprove UM VOTO DE LOUVOR a todos aqueles que fizeram do ilhavense o maior Órgão de Comunicação Social do nosso Concelho e os desejos de que a sua vida se prolongue por muitos e muitos anos. -----

Ílhavo, 25 de Novembro de 2011 -----

O deputado do PCP -----

Ass) José Alberto Ramos Loureiro"-----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi rejeitado por maioria a discussão da proposta com dezasseis (16) votos contra dos membros do PSD e nove (9) votos a favor dos membros do CDU, PS e CDS/PP. -----
--

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 1 – Informação do Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal no período compreendido entre 27/09/11 a 21/11/11; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Começa por explicar que a primeira metade do mandato se caracterizou por uma gestão num mecanismo contraditório, isto é, por um lado maximizou-se o investimento através da conquista de Fundos Comunitários, por outro houve a redução de receitas, e para isso foi necessário minimização de custos da estrutura de funcionamento da Câmara Municipal. Indica que houve atenção cuidada a parcerias com entidades privadas, tais como: o parque público junto ao Parque Urbano da Senhora do Pranto com a Vertente Singular; a ampliação da estrutura da TEKA para a criação de mais postos de trabalho implicando a transformação de terreno não urbano para urbano, permitindo o aumento da capacidade de produção da empresa e a concessão do bar/restaurante no Jardim Oudinot. Entende que esta abordagem permite o aproveitamento de oportunidades para o desenvolvimento do município. -----

Explica que em todo o enquadramento apresentado haverá alterações no que respeita às transferências financeiras do Orçamento de Estado, a redução dos subsídios de férias e de natal aos funcionários, bem como no aumento do IVA, o que irá influenciar a realidade de gestão local. -----

Após análise dos argumentos apresentados pela ANMP a proposta de Lei de Endividamento Local foi alterada à sua primeira versão, o que no seu entender trará menor consequência financeira do que inicialmente se previa. No entanto a situação é simultaneamente burocrática, exemplificando com a candidatura do empréstimo ao BEI/QREN, conforme ponto da Ordem do Dia, onde demonstra que há contradições no acesso ao mesmo. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Tendo havido uma greve geral, questiona qual foi o impacto no funcionamento da Câmara Municipal. -----

Enaltece a capacidade do município em atrair investimento privado promovendo o desenvolvimento do município, solicitando esclarecimento sobre as intenções de investimento turístico hoteleiro por privados em Ílhavo. -----

PEDRO PARRACHO: Relativamente à requalificação do bairro da Vista Alegre e do investimento turístico previsto para o mesmo, questiona qual o ponto de situação. -----

MÁRIO JÚLIO: Tece algumas considerações em relação ao Plano de Intervenção para a Requalificação do Forte da Barra, destacando o resultado final com a primeira fase realizada no Jardim Oudinot. -----

FLOR AGOSTINHO: Destaca o segundo aniversário do mandato autárquico, o qual possibilitou a visita a empresas privadas, constatando o desenvolvimento do Município. -----

Realça a comemoração da 150 edição da Agenda Municipal “Viver Em”, bem como a inauguração da obra de requalificação da Av. 25 de Abril e do Largo Amália Rodrigues integrada nas obras do RUCHI – Requalificação Urbana do Centro Histórico de Ílhavo. -----

PEDRO MARTINS: Com a mudança de Governo pretende saber quais as políticas previstas para a Polis da Ria. -----

Com o aumento do IVA a despesa de iluminação será alta, por isso questiona se haverá redução da mesma e em que zonas. -----

Como é discutido publicamente que está previsto no memorando de entendimento a utilização das verbas retiradas da aplicação do IMI para serem utilizadas para a consolidação orçamental e não para as Câmaras, questiona de que forma se procederá esta situação. -----

Reconhece que as obras realizadas no Jardim Oudinot foram uma mais valia para a referida zona, no entanto lamenta que a mesma intenção não se tenha verificado mais cedo na zona urbana do Forte da Barra. -----

Tendo havido uma inspecção ordinária ao município no que respeita às responsabilidades financeiras, solicita alguns esclarecimentos sobre o relatório da mesma. -----

CATARINA RESENDE: Questiona se há novidades no que respeita às acções de despejo das pessoas residentes no Bairro da Vista Alegre. -----

JOSÉ LOUREIRO: Pede esclarecimentos sobre a veracidade da aplicação dos valores dos cortes dos subsídios aos funcionários para pagamento de dívidas das respectivas Câmaras Municipais. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

----2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro António Pinho que a Greve Geral não teve grandes consequências para o bom funcionamento dos serviços da Câmara Municipal. -----

Sobre o investimento turístico indica que para o ano 2012 a empresa Visabeira não avançará com o mesmo, nem como processo de realojamento de quem habita as moradias do bairro. -----

Quanto à requalificação do Forte da Barra informa que a Câmara Municipal ainda aguardam por verbas dos Fundos Comunitários do investimento do Jardim Oudinot. Neste dossier enaltece o trabalho de equipa com o actual e anterior administrador do Porto de Aveiro. -----

Relativamente à situação da AdRA e da Polis Aveiro informa que aguardam que o Governo honre os seus compromissos, no entanto não tem mais informações actuais a comunicar. -----

Quanto ao IMI, indica que as Câmaras Municipais são abrangidas para a consolidação orçamental e por isso este continuará a ser imposto municipal. -----

----Sobre o relatório do IGAL informa que estranhamente só receberam uma parte do mesmo. Questionada a instituição para posteriormente apresentar à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, esta ainda não se pronunciou. No entanto adianta que não há afectação de responsabilidade financeira para ninguém e a gestão das "horas extraordinárias" passará para apreciação do Tribunal de Contas. -----

Respondendo ao membro José Loureiro ainda é desconhecido o seguimento de como se irá proceder em relação aos cortes de subsídios dos funcionários. -----

----Responde ao membro Jorge São Marcos dizendo que a CIRA é um estudo piloto desde Outubro último, sendo este um privilégio num exercício de competências dos municípios com a administração central. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Entende que há condições para reduzir as despesas de iluminação do município, dando como exemplo a iluminação da ponte da Barra que pode haver lâmpadas ligadas alternadamente. -

PEDRO MARTINS: Reitera que há necessidade de serem tomadas medidas que permitam a recuperação do país lembrando que terão de ser feitas com sustentabilidade, visto que a situação além de nacional é também de origem internacional. -----

MÁRIO JÚLIO: Por razões de segurança, pergunta se é possível demolir as ruínas existentes no Forte da Barra. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Informa que já estão a implementar um Plano de Redução dos Consumos de Iluminação Pública que consiste num conjunto de medidas, nomeadamente em zonas de variantes não urbanas. -----

Responde ao membro Mário Júlio explicando que há dois grupos de edifícios em ruínas no Forte da Barra: aqueles que têm conflito de propriedade entre privados e a APA, e aqueles que não estão definidos na sua delimitação de muralha pelo IGESPAR; e que somente após a resolução destas matérias é que poderão intervir na referida zona. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 2 – Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal para 2012; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Em complemento às explicações anteriormente apresentadas, indica que se optou por dar ao Orçamento uma dimensão financeira de 47,5 milhões de euros, cerca de menos 10% da dimensão financeira actual do Orçamento da Câmara. Para tal ter-se-á de reduzir a despesa de funcionamento em 1,5 milhões de euros e de 2,5 milhões de euros de investimento na dimensão não co-financiada pelos Fundos Comunitários, tais como as pequenas obras, eventos, apoios às associações. Em contrapartida será mantida uma conquista de Fundos Comunitários como forma de cumprir objectivos previstos para execução. -----

Apesar da contenção esperada para este ano, haverá um plano de continuidade do funcionamento da actividade da Câmara Municipal como forma deste Plano e Orçamento ser um contributo para a elevação da qualidade de vida da população e para a continuada missão de crescimento do município. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

JOSÉ LOUREIRO: Constata que a maioria das obras do Orçamento de 2011 transitarão para o Orçamento de 2012 Comenta que a diminuição das verbas para as Juntas de Freguesia dificultar a sua gestão, nomeadamente nas pequenas obras que efectua para o desenvolvimento da sua Freguesia. -----

MARIANA FRANCO: Constata a diminuição de apoios em várias áreas, nomeadamente na pequena verba atribuída às Bolsas de Estudo pois entende que se deva apoiar aqueles que por mérito académico não devam ser limitados por dificuldades económicas. -----

Destaca o Orçamento Participativo como uma ferramenta à democracia local, sendo esta uma forma moderna de envolvimento dos cidadãos não eleitos na discussão dos Orçamentos Municipais assegurando alguns princípios fundamentais, como o debate da dimensão financeira e orçamental, o envolvimento dos eleitos locais, a regularidade do processo, a inclusão de formas de deliberação política e a prestação de contas por parte dos órgãos eleitos. Entende que esta ferramenta promove a participação da população, nomeadamente os jovens como forma de tomarem conhecimento de como são investidos os dinheiros públicos, bem como forma de auscultar os interesses da população. -----

Por fim, pergunta para quando a criação do Conselho Municipal de Juventude, visto que já foi aprovado em Lei a sua definição. -----

CATARINA RESENDE: Sendo público a obrigatoriedade de redução de 3% de trabalhadores no ano 2012, solicita esclarecimentos sobre o que acontecerá na autarquia. -----

PEDRO MARTINS: Questiona o que equivale em valores a redução do corte de subsídios dos funcionários.

Reconhece os bons investimentos nas escolas, na rede viária, entre outros, no entanto relembra que em tempo de crise é necessário ponderar se em algumas áreas não haverá investimento excessivo. Por outro lado, informa que não compreende o corte em áreas tão importantes para o desenvolvimento do concelho em detrimento de outras tais como: o apoio social, associativismo, freguesias e juventude. -----

PAULO NORDESTE: Solicita informação sobre a evolução da dívida do município desde 2010 e qual o impacto do investimento para 2012. -----

FLOR AGOSTINHO: Reconhece as dificuldades dos organismos públicos em efectuar uma gestão cuidada com as várias reduções efectuadas e aproveitamento dos Fundos Comunitários, conforme analisou no Orçamento apresentado. -----

Para si, o Orçamento apresentado é realista, está de acordo com a realidade do país, é sustentado financeiramente, dinamiza a economia local e promove a continuação do desenvolvimento do concelho. ---

ANTÓNIO PINHO: Crê que em tempos de crise as obras de menor dimensão financeira também devam ser importantes para a qualificação urbana e estrutura viária, pois estas também são favoráveis ao desenvolvimento local. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Sabendo que há factores que não podem ser alterados, terão de ser outros como forma de haver equilíbrio, neste caso justifica serem as freguesias. Assim, prevalecem a parceria institucional com as Juntas para executar obras de qualificação urbana deixando o modelo de financiamento anteriormente efectuado. Entende que se conseguirá obter uma dimensão financeira de investimento no próximo ano de cooperação com as Juntas

de Freguesia que na tipologia qualificação urbana seja idêntica em valor financeiro ao investimento de 2011, caindo somente o modelo anteriormente adoptado. -----

Relativamente aos apoios sociais relembra que aqueles atribuídos pela Câmara Municipal são complementares aos mecanismos de apoio social que o país tem e que está descrito em Orçamento de Estado. Informa que o valor mencionado no Orçamento da Câmara Municipal é o dobro do valor daquele que foi gasto em 2011, do qual entende ter corrido bem pois a gestão dos apoios é articulada entre os vários agentes públicos e privados da área através do atendimento único social. -----

Responde ao membro Mariana Franco dizendo que o Orçamento Participativo é diferente daquilo que referiu pois os cidadãos não decidem quais as rubricas a receberem mais valores é sim a decisão livre sobre o que fazer com determinada verba do Orçamento. -----

Relembra que o momento é de redução de despesas, mas de aproveitamento ao máximo dos Fundos Comunitários. -----

Em resposta ao membro Catarina Resende indica que a ANMP está a criar regulamentação para definir orientações para os municípios. Indica que em Ílhavo o número de funcionários que se aposentarão em 2012 irá equilibrar a situação, no entanto em 2013 a situação não se aplica de igual forma. -----

Quanto aos cortes dos subsídios indica que há ainda dúvidas a serem esclarecidas, mas que os valores rondam aproximadamente os 450 e 480 mil euros. -----

Resume que o objectivo da autarquia é induzir o desenvolvimento local através das mais diversas formas, tais como obras, eventos entre outros. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

PAULO NORDESTE: Relativamente ao Mapa de Pessoal, solicita esclarecimentos sobre o número de pessoas previsto a admitir. -----

PEDRO MARTINS: Pede para ser clarificado quanto à eventual redução de cargos de dirigentes e unidades administrativas na Câmara Municipal prevista no memorando de entendimento da Troika. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Responde ao membro Paulo Nordeste que o Mapa de Pessoal pretende regularizar situações de pessoal avençados e estagiários para uma relação contratual, bem como para o pessoal não docente por força do contrato de transferência de competências. Por outro lado, diz que há um lugar vago por motivo de aposentação do Veterinário Municipal, do qual não se pretende efectuar nova contratação, mas sim um protocolo experimental com o município de Vagos para partilhar funções da sua Veterinária no nosso município. O mesmo se aplica aos lugares vagos de Directores de Departamento, pois não se vê qualquer necessidade pelo bom trabalho dos Chefes de Divisão em funções. -----

VOTAÇÃO: Submetido este ponto a votação, foi aprovado por maioria com dezasseis votos a favor dos membros do PSD, duas (2) abstenções dos membros Domingos Vilarinho e António Pinho e sete (7) votos contra dos membros do PS e da CDU. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. ----

DECLARAÇÃO DE VOTO: -----

MEMBROS DO PS: -----

"As Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Ílhavo para 2012 apresentadas a esta Assembleia Municipal reflectem a necessidade de atingir, também ao nível da administração local, os objectivos estabelecidos no memorando de entendimento celebrado entre o Estado Português e a Troika constituída pela Comissão Europeia, o BCE e o Fundo Monetário Internacional. -----

Um desses objectivos prende-se com a continuação da redução do défice orçamental português, já visível nas medidas constantes do Orçamento de Estado para 2012, em discussão na Assembleia da República, o que implica por um lado, profundos cortes na despesa pública e, por outro lado, um agravamento da carga fiscal que incide sobre as pessoas e as empresas nacionais. -----

Entenda-se este memorando como um documento que pretende a modernização do país, visando melhorar os níveis de competitividade da economia nacional e acabar com o desperdício e má gestão. Num ambiente de dificuldades económicas por que passam muitas das famílias ilhavenses, das classes baixas e também da classe média, não se compreende que as verbas para a acção social sofram drásticas reduções, como é exemplo disso o corte abrupto nos protocolos com as IPSS, nas bolsas de estudo e até nos subsídios pontuais à habitação. -----

Estes cortes são reflexo da incompreensão da maioria social-democrata que governa Ílhavo, que não consegue perceber que 2012 vai ser um ano recessivo, o que terá sérias implicações nas políticas sociais, com um acréscimo de gastos nesta área de actuação. -----

Por outro lado, este documento prevê reduções drásticas de verbas para os clubes concelhios, o que se poderia aceitar se essas reduções fossem só na área de competição, mas o que se vê e com algumas excepções atinge também os sectores de formação, que têm uma importância crucial no desenvolvimento da nossa juventude. -----

Criticamos também a redução substancial ao nível do financiamento às freguesias. -----

A política de austeridade a que todos, sem excepção, estamos obrigados, devia, no Orçamento para 2012, ter tocado em áreas certamente menos cruciais para o desenvolvimento do concelho, tal como nas actividades de carácter lúdico e recreativo, de lazer e festividades, coisa que não se vê. -----
--

Por outro lado, persiste-se na previsão de obras que bem podiam esperar por melhores dias, de que é exemplo simbólico a instalação de um relvado sintético no campo de jogos da Vista Alegre. Será assim tão necessário? -----

Por outro lado, este Orçamento assume-se mais uma vez como um documento mais fantasista do que ousado, mais ilusório do que ambicioso, vindo de anos anteriores verbas impossíveis de realizar do lado da receita, mais a mais, no actual contexto económico, de que é exemplo simbólico a previsão de mais de sete milhões de euros na venda de terrenos, assim como a conclusão de infra-estruturas e venda de lotes na Zona Industrial da Gafanha de Aquém, que se vêem repetidamente no papel mas não se traduzem em algo de concreto. -----

Persiste-se na não criação do Conselho Municipal de Juventude, ignorando o seu potencial contributo, como um instrumento valioso para a definição das políticas de juventude. -----

Não se compreende a justificação dada para a não implementação do orçamento participativo, quiçá, quando o contexto de escassez de recursos financeiros o impunha naturalmente, como já se vê noutros pontos do território nacional. -----

Concluindo, como é óbvio, o PS não se identifica nem se revê nestes cortes na despesa sem critério. -----
--

Face ao que acima se deixa dito, os membros da Assembleia Municipal de Ílhavo do Partido Socialista votam contra as Grandes Opções do plano e Orçamento para 2012 do Município de Ílhavo. -----
--

Ílhavo, 25 de Novembro de 2011 -----

Ass) Os membros da Assembleia Municipal de Ílhavo do Partido Socialista." -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 00h45 do dia seguinte informando a continuidade da discussão dos pontos da Ordem do Dia na próxima reunião a realizar no dia 30/11/11. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que eu, Maria do Rosário, 1º Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa em exercício. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ACTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 10/02/12.